

Notícias e Informações

Resumos das dissertações e teses defendidas no segundo semestre de 2011 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional

Aluno: Carlos Eduardo Cunha Martins Silva (**MESTRADO**)

Data: 11 de outubro de 2011

Banca: Carlos Alberto Plastino Esteban; João Ricardo Wanderley Dornelles; Victória-Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki; Geraldo Luiz Mascarenhas Prado

Título: A DIFUSÃO DO MEDO E A BANALIZAÇÃO DAS PRISÕES PROVISÓRIAS: QUANDO A EXCEÇÃO TORNA-SE A REGRA DO JOGO

Resumo: O manuscrito em questão visa analisar como a incidência do discurso do medo na modernidade fez-se indispensável à constituição do sistema punitivo e à conservação social e econômica. Ademais, partindo desta constatação, indicamos os peculiares reflexos dos discursos do medo no continente americano atrelando-os à formação de um imaginário punitivo levado à efeito pela aplicação das prisões provisórias. Neste cenário, mencionamos também o papel da mídia, como um canal eficaz de propagação do medo e distorção da realidade, responsável pela criação de subjetividades punitivas que naturalizaram esta vertente de encarceramento representada pelas prisões provisórias. Ainda, historiando a virada do poder punitivo na modernidade, desde a aplicação dos suplícios à utilização da prisão, evidenciamos o grande estágio de policização da vida cotidiana, destacando, em particular, a manifestação de um poder soberano em algumas decisões judiciais brasileiras envolvendo a aplicação das prisões provisórias. Com isso, conseguimos compreender uma exceção tendente à supressão dos direitos e das garantias fundamentais dos presos provisórios, bem como uma decorrente condição de invisibilidade jurídica que permanentemente se abate sobre eles.

Aluno: Flávio Garcia Cabral (**MESTRADO**)

Data: 20 de dezembro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; José Ribas Vieira; Charles Freitas Pessanha

Título: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DE 1989 A 2010.

Resumo: A presente dissertação pretende abordar os aspectos empíricos da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) no Brasil desde o início da vigência da Constituição de 1988 até 2010. Para tanto, o trabalho se inicia com uma abordagem teórica sobre a prestação de contas estatais, representada por meio do fenômeno da accountability, sendo utilizada a análise realizada por diversos cientistas políticos, notadamente no contexto latino americano. Em um segundo momento, passa-se ao estudo da figura dos Tribunais de Contas, sintetizando as características de alguns modelos base de órgãos de controle externo existentes em outros países, recorrendo-se, posteriormente, sobre breves aspectos históricos do TCU – com ênfase para os debates da Constituinte de 87-88 -, desembocando nos aspectos normativos e institucionais da Corte de Contas no Brasil. Por fim, o trabalho revela as reais feições da atuação do TCU, demonstradas por meio da comparação jurídica sucessiva interna, realizada sob dois principais aspectos norteadores referentes ao Tribunal (a apreciação anual das contas prestadas pelo Presidente da República e o exercício de algumas atividades ordinárias do TCU, tais como fiscalizações, recebimento de denúncias, cobrança executiva, dentre outras), recobrando o período de 1989 a 2010.

Aluno: Leticia da Costa Paes (MESTRADO)

Data: 5 de agosto de 2011

Banca: Bethânia de Albuquerque Assy; Adriano Pilatti; Francisco de Guimaraens; José Ricardo Ferreira Cunha

Título: A POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS: ENTRE PARADOXOS E PERSPECTIVAS

Resumo: A pesquisa pretende desafiar a teoria tradicional dos direitos humanos e repensá-los sobre uma perspectiva mais dinâmica e complexa. Para isso, o estudo está dividido em três partes. A primeira aborda os paradoxos que perpassam a teoria e prática destes direitos, tendo como re-

ferência principal as obras do jurista Costas Douzinas. A segunda implica uma análise das tradicionais críticas aos direitos humanos que desafiam seu atual princípio organizador. A terceira busca estabelecer algumas perspectivas que possam levar o debate dos direitos humanos para além de uma ótica liberal e deliberativa, privilegiando o pensamento de Jacques Rancière. Com isso, espera-se estabelecer uma compreensão dos direitos humanos que seja capaz de acionar sua política ativa.

Aluno: Luiz Fernando Marrey Moncau (**MESTRADO**)

Data: 8 de julho de 2011

Banca: Bethânia de Albuquerque Assy; Ronaldo Lemos; Mauricio de Albuquerque Rocha

Título: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO AUTORAL. MAPEANDO UM CONFLITO RESSIGNIFICADO PELA TECNOLOGIA

Resumo: O presente trabalho aborda o potencial de conflito entre a liberdade de expressão e a legislação de direito autoral, apontando como este se desenvolve no contexto das novas tecnologias digitais. O estudo indica que as novas tecnologias digitais e a internet ampliaram drasticamente as possibilidades de cada indivíduo acessar informação e se manifestar, muitas vezes retrabalhando conteúdo protegido por direito autoral, enquanto as regras de proteção ao autor foram se tornando cada vez mais rígidas, tanto no âmbito doméstico como no internacional. Em meio a essas duas engrenagens que se movem em sentidos opostos está a garantia constitucional à liberdade de expressão, cuja relação com o direito autoral tem sido amplamente ignorada no Brasil e, em menor grau, também no exterior. O trabalho apresenta uma análise de como estes dois direitos de *status* constitucional dialogam, afastando a noção de que não haveria um conflito em função das salvaguardas à livre expressão embutidas na legislação autoral. A partir da dinâmica imposta pelas novas tecnologias, este estudo indica que direito à liberdade de expressão precisa ser reinterpretado e ressignificado e aponta algumas novas fronteiras deste debate.

Aluno: Taciela Cordeiro Cylleno (MESTRADO)

Data: 2 de setembro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; Adriano Pilatti; Volia Bomfim Cassar

Título: DO DEBATE À POSITIVAÇÃO: A PRESCRIÇÃO E A LIBERDADE SINDICAL NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987/1988

Resumo: Nesta dissertação, busca-se investigar todo o processo decisório – sugestões, considerações, imposições e concessões – relativo à implementação dos direitos sociais dos trabalhadores na Constituição Federal, especificamente no que tange ao prazo prescricional quinquenal, previsto no inciso XXIX do art. 7º e à estrutura sindical, como disposta no artigo 8º. Pretende-se, assim, oferecer uma contribuição que sirva para futuras perspectivas histórico-políticas de interpretação da letra fria do texto constitucional no que tange aos seus artigos 7º e 8º. A partir do estudo documental que permite apreender o processo dialético que levou à promulgação do texto final da constituição brasileira, analisar-se-ão as propostas iniciais, os debates que demonstram o embate de forças “progressistas” e “conservadoras” e, finalmente, a crítica à concepção final resultante deste longo e rico processo jurídico, histórico e social. Na maior parte dos debates sobre interpretação constitucional, parte-se do texto constitucional. O escopo do presente trabalho é buscar a gênese do direito positivado na CF/88, tomando-se o processo constituinte como marco inicial da pesquisa sobre a sistematização e efetividade dos direitos sociais no Brasil.

Aluno: Priscila de Santana (MESTRADO)

Data: 14 de setembro de 2011

Banca: Ana Lúcia de Lyra Tavares; Adriano Pilatti; Maria Alicia Dominguez Uga; Fábio Carvalho Leite

Título: IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO MUNICÍPIO DO

RIO DE JANEIRO: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DA SAÚDE

Resumo: O presente trabalho aborda, sob a perspectiva do alargamento da democracia participativa, a atuação da Promotoria de Tutela Coletiva da Saúde da capital do Rio de Janeiro junto ao Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Para isso, dividimos este estudo em três partes. Na primeira, tratamos das premissas fundamentais do nosso objeto, ressaltando a importância do movimento da reforma sanitária na conquista de novos direitos na área da saúde, principalmente, na criação e institucionalização de canais de participação popular. Na segunda, abordamos especificamente o caráter deliberativo do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e analisamos os debates dos conselheiros para verificar em que medida a atuação do Ministério Público é levada em consideração em seus argumentos. Na terceira, examinamos o papel do Ministério Público como instrumento de controle externo e sua importância na viabilização da democracia participativa dos conselhos de saúde.

Aluno: Alceu Maurício Júnior (**DOCTORADO**)

Data: 9 de novembro de 2011

Banca: José Ribas Vieira; Ana Lúcia de Lyra Tavares; Gisele Cittadino; Juliana Neuenschwander Magalhaes; Jane Reis Gonçalves Pereira

Título: O ESTADO DE RISCO: O ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO NO PARADIGMA SOCIAL DO RISCO

Resumo: O direito constitucional enfrenta o desafio de integrar ao seu programa de pesquisa os estudos sobre risco e sociedade desenvolvidos em outros campos das ciências sociais. Em uma sociedade de riscos, o estado incorpora novas funções regulatórias, encontrando desafios relacionados à incerteza e reflexividade científica. A lógica dos riscos demanda uma estrutura dinâmica e especializada para a regulação da sociedade pelo direito, transferindo decisões públicas a corpos técnicos e tribunais sem representação democrática, exacerbando o déficit de de legitimação no

estado. Esta tese sustenta que o estado constitucional de direito assume na sociedade atual a configuração de estado de risco, que se caracteriza por tomar a ideia de risco como um dos principais elementos de definição e justificação da ação governamental. Considerando o impacto dos riscos contemporâneos sobre a justificação do Estado, assim como sobre o princípio democrático, os direitos fundamentais e a judicialização das políticas públicas, a tese propõe um modelo constitucionalmente adequado do risco, que procura compatibilizar o caráter político e científico da percepção e avaliação dos riscos com a necessidade de utilização do direito para a regulação de uma sociedade complexa.